

Periodicidade: Diária**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 14000**Temática:** Justiça**Dimensão:** 337 cm²**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 15

Tancos. Azeredo Lopes suspeito de “exercício perverso” de funções públicas

Acusação do caso do roubo de armas será conhecida esta semana, em plena campanha eleitoral.

O Ministério Público acredita que Azeredo Lopes desempenhou um “exercício perverso de funções públicas” enquanto ministro da Defesa, no âmbito da recuperação das armas de Tancos. Para os investigadores, o antigo ministro sabia de toda a encenação levada a cabo pela PJM e terá tentado tirar louros políticos aquando da alegada recuperação das armas.

Como o semanário *SOL* revelou na edição deste fim de semana, o Departamento Central de Investigação e Ação Penal já concluiu a acusação ao caso do assalto aos paióis de Tancos e ao achamento das armas na Chamusca, Santarém. O *SOL* revelou que a divulgação do despacho de acusação estaria por dias, devendo mesmo ser

conhecido esta semana, em plena campanha eleitoral.

Relembre-se que o roubo de armas remonta a julho de 2017 e que o achamento das armas, com contornos estranhos, se deu em outubro do mesmo ano, na Chamusca.

Caso a acusação seja proferida nos próximos dias, será mais um dossier sensível para o primeiro ministro, António Costa, que surge poucos dias após a mega operação ao caso das golas inflamáveis.

O BENEFÍCIO POLÍTICO Segundo o MP, Azeredo Lopes ter-se-á aproveitado da situação à volta do caso Tancos para tirar benefício político, bem como do Governo em geral. De notar que o anúncio da recuperação das armas na Chamusca foi feito três dias depois da grande vaga de incêndios mortais que assolaram a zona centro do país.

Azeredo foi constituído arguido no verão e desde o primeiro momento António Costa disse ter “total confiança” no antigo ministro.

Nessa altura, Azeredo Lopes passou a estar na lista de suspeitos, indiciado por denegação de justiça e prevaricação. A acusação considerará que este terá ocultado o que sabia sobre o caso, prejudicando a investigação e impedindo a responsabilização criminal. Azeredo Lopes não terá dito ter conhecimento desta encenação por parte da Polícia Judiciária Militar (PJM) para recuperar o material roubado, bem como não terá informado a Polícia Judiciária.

Na base deste processo-crime estão suspeitas de associação criminosa, terrorismo no furto do armamento e ainda tráfico de armas. No seguimento deste processo foram detidas nove pessoas a 25 de setembro de 2018, dos quais faziam parte oito militares do exército e da GNR. O caso tem um total de 25 arguidos. Recorde-se que o prazo para a dedução da acusação do caso termina esta sexta-feira, dado que ainda existe um arguido preso – João Paulino, o homem que liderou o assalto a Tancos.